



Planos e propostas institucionais da Universidade de Brasília sobre o uso e a ocupação do *Campus* Universitário

Darcy Ribeiro

SOARES, Eduardo Oliveira¹

¹Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. e-soares@hotmail.com

Resumo

A Universidade de Brasília tem o seu principal *campus* localizado junto ao núcleo original da cidade. O primeiro planejamento do *Campus* Universitário foi realizado por Lucio Costa em 1960. As demais propostas foram desenvolvidas majoritariamente por profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo da própria instituição, tanto docentes quanto técnico-administrativos. Nem toda a documentação que se originou dessas iniciativas foi amplamente disponibilizada junto à comunidade universitária. O presente artigo, escrito com base em pesquisa nos acervos do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer, Prefeitura do *Campus*, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, e Arquivo Central da Universidade de Brasília, teve como objetivo compilar as propostas e planos relacionados ao planejamento físico do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro. O texto apresenta informações chave sobre o *Campus* Universitário; elenca e descreve brevemente vinte documentos criados no âmbito administrativo da universidade; e avalia e correlaciona esses documentos a fim de constituir um panorama da produção técnica que diz respeito ao planejamento físico do *Campus*. O resgate e a divulgação da documentação que contém o planejamento físico do *Campus* estende a historiografia sobre o tema.

Palavras-Chave: Brasília; *Campus*; Planejamento físico; Universidade de Brasília

Abstract

The University of Brasília major campus is located alongside the city's primary nucleus. The first planning for the university Campus was made by Lucio Costa in 1960. The other proposals were elaborated mostly by professionals from the university own architecture and urbanism sectors. Not all documentation derived from those efforts was easily made available to the university community. The present article, which relies on research on the collections of the Center for Planning Oscar Niemeyer, Management Campus Office, Architecture and Urbanism School, and University of Brasília's Central Archive, aims to gather the proposals and plans related to Darcy Ribeiro University Campus. The text presents key information about the University Campos; briefly lists and describes twenty documents elaborated in the university administrative sphere; and analysis and relates these documents in order to create a full picture of the technical studies on the Campus. The rescue and dissemination of the documentation that contains the physical planning of the Campus extends the historiography on the subject.

Key-Words: Brasilia; Campus; Physical planning; University of Brasilia

1. Introdução

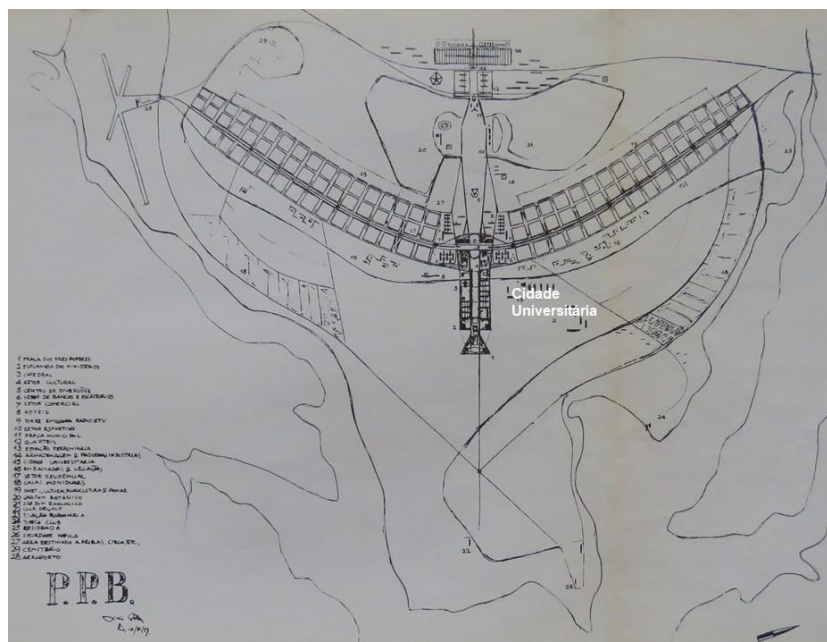
No planejamento de Brasília havia a previsão da instalação de uma universidade na nova capital do país. O Relatório do Plano Piloto de Brasília, elaborado pelo arquiteto Lucio Costa em 1957, localiza o *Campus* Universitário em gleba contígua à Esplanada dos Ministérios (Fig. 1) em um parque destinado a equipamentos culturais (COSTA, 1957, p. 24). Após ajustes no desenho da cidade a área efetivamente designada – que totaliza 395 hectares – é um pouco mais ao norte. Está subdividida em três glebas (Fig. 2).

A Fundação Universidade de Brasília (FUB) foi instituída em 1961 (BRASIL, 1961) e desde a sua idealização mobilizou profissionais para a elaboração de planos de uso e de ocupação do espaço físico do seu *Campus*. O primeiro planejamento partiu de Lucio Costa, em 1960 (UnB, 1962). As demais propostas para o *Campus* foram desenvolvidas majoritariamente por profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo da própria instituição, tanto docentes quanto técnico-administrativos.

Ao longo dos anos a elaboração do planejamento físico do *Campus* da Universidade de Brasília (UnB) oscilou entre o Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (CEPLAN), a Prefeitura do *Campus* (PRC) – unidades administrativas cujas estruturas foram periodicamente reformuladas e renomeadas –, e o Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IA), que deu origem à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU).

Vinculado à Reitoria, o CEPLAN foi criado em 1962 com o nome de Centro de Estudos e Planejamento Arquitetônico e Urbanístico, sob responsabilidade de Oscar Niemeyer, tendo como consultores Lucio Costa e Joaquim Cardoso. Tinha como objetivo o planejamento físico e o projeto de edificações; o suporte à prática profissional; e a pesquisa e a produção de tecnologias relacionadas à arquitetura. Estudo específico sobre a trajetória do Centro foi realizado por Neusa Cavalcante (2015) abordando os projetos e as obras por ele desenvolvidas. A Prefeitura do *Campus*, também vinculada à Reitoria, foi criada em 1986, tendo como objetivos "planejar o crescimento e promover a manutenção do *Campus* Universitário" (SCHLEE *et al*, 2014, p. 91). O *Campus* Universitário Darcy Ribeiro foi forjado por equipes dessas duas unidades administrativas, em ações nem sempre coordenadas ou harmônicas.

Figura 1: Plano Piloto de Brasília, Lucio Costa, com indicação da localização da “Cidade Universitária”, 1957



Fonte: Relatório do Plano Piloto (COSTA, 1957), com adaptação

Figura 2: As três glebas do *Campus* Universitário



Fonte: Plano de Desenvolvimento Físico (UnB, 1975, p. 48)

A bibliografia sobre o planejamento físico e o espaço edificado desse *Campus* da UnB é vasta e inclui o artigo “Território das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras” (ALMEIDA, 2015); a dissertação “*Campus* do milagre” (*Idem*, 1983); a tese “Formalizando o ensino superior na década de 1960: a cidade universitária da UnB e seu projeto urbanístico” (ALBERTO, 2008); as publicações “Planos diretores urbanísticos dos *campi* da Universidade de Brasília” (ROMERO *et al*, 2012); e “Registro Arquitetônico” (SCHLEE *et al*, 2014), entre outros.

Esses estudos estão alicerçados na análise do patrimônio edificado e dos principais planos de uso e ocupação. Inaugurado em 1962, o *Campus* Universitário Darcy Ribeiro foi objeto de várias ações de planejamento físico que mobilizaram profissionais de diferentes campos de conhecimento e demandaram coletas de dados relacionados a população universitária, ambientes construído e natural, acessibilidade, mobilidade urbana, parâmetros urbanísticos e topografia, dentre outros. As propostas – tanto as que se materializaram no espaço construído, quanto as que não – têm em si conceitos e abordagens que revelam princípios e inquietações da época em que foram elaboradas.

Os planos e propostas institucionais da Universidade de Brasília sobre o uso e a ocupação do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro foram criados por uma infinidade de equipes ao longo desse mais de meio século de fundação da UnB. Nem toda a documentação que se originou dessas iniciativas obteve ampla disponibilização junto à comunidade universitária, afinal a identificação da relevância historiográfica pode sucumbir às frequentes reorganizações institucionais, mudanças de equipes e sobreposições de atribuições.

Os registros historiográficos – com a conseqüente ação de conservação e divulgação – não ocorrem naturalmente. São frutos do interesse e da capacidade de se manter informações que embasarão o conhecimento da sociedade sobre os temas que apresentam.

A presente pesquisa teve como objetivo realizar um registro dos documentos relacionados ao planejamento físico do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro no período de 1960 a 2018. Os planos e propostas apresentados foram compilados a partir de pesquisa realizada nos acervos do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer, Prefeitura do *Campus*, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, e Arquivo Central (ACE) da UnB. O intuito desse artigo não é registrar a farta produção acadêmica sobre o

planejamento do *Campus*. É contribuir minimamente com as pesquisas na área do planejamento físico trazendo à luz documentos até então relegados a obscuros fichários em aço ou a labirínticas pastas digitais.

No que segue, o presente texto está estruturado em três partes: “*Campus*” apresenta informações básicas sobre o *Campus* da UnB; “Documentos” elenca e descreve brevemente vinte documentos criados no âmbito administrativo da Universidade de Brasília; e “Planejamento” avalia e correlaciona esses documentos afim de constituir um panorama da produção técnica e intelectual relacionada ao planejamento físico do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro.

2. *Campus*

Um *campus* universitário concilia espaços de ensino com estruturas de apoio – como as de serviços, moradias e lazer. Comumente – devido ao grande fluxo de pessoas da comunidade universitária e às grandes dimensões territoriais que ocupa –, os *campi* impactam no espaço, na arquitetura, na paisagem e no imaginário das cidades em que estão inseridos. Christine Ramos Mahler (2015, p. 152) afirma que os *campi* determinam “(...) ritmos de vida, exercendo influências e transformando bairros. Enquanto complexos urbanos são, muitas vezes, lugares privilegiados, cuja localização geralmente permite a permeabilidade com a *urbe* e com a *polis*”.

A Universidade de Brasília abriga comunidade universitária de cerca de 50 mil pessoas, entre alunos de graduação e pós-graduação, docentes e técnico-administrativos (UnB, 2017, p. 32). O *Campus* Universitário Darcy Ribeiro é o maior dentre os quatro *campi* da universidade. A UnB, além desse *campus*, também exerce suas atividades no *Campus* UnB Ceilândia, *Campus* UnB Gama, *Campus* UnB Planaltina, e em Unidades Dispersas, como o Hospital Universitário e a Fazenda Água Limpa.

O principal *Campus* da Universidade de Brasília, que em 1995 recebeu o nome de *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, está localizado no Plano Piloto, entre a Asa Norte e o Setor de Clubes Norte, integrando o perímetro considerado, desde 1987, Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), órgão vinculado às Organizações das Nações Unidas (ONU). O *Campus* possui área de 3.950.579,07 m², fracionado em três glebas: A, B e C. A “Gleba A” tem área de 2.664.832,00 m²; a “Gleba B”, 1.100.254,02 m²; e a “Gleba C”, 185.483,05 m². Abriga cerca de cem edificações que totalizam área construída de 590.925,89 m² (*Ibidem*, p. 36). A área total do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro é menor que a da Cidade Universitária da antiga capital, Rio de Janeiro. A Ilha do Fundão, ocupada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possui área de 5.238.337,87 m² (UFRJ, 2010, p. 24).

A ocupação do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro sempre demandou estudos de planejamento físico a respeito dos usos, da ocupação e do zoneamento, bem como da sua interconexão com o restante da cidade.

3. Documentos

Desde a criação da Universidade de Brasília o *Campus* Universitário Darcy Ribeiro foi objeto de vários planejamentos físicos. Decorrentes de ações de equipes de diferentes unidades administrativas, esses documentos integram acervos institucionais do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (CEPLAN), Prefeitura do *Campus* (PRC), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e Arquivo Central (ACE) da UnB.

Tendo como objetivo realizar o registro dos documentos relacionados ao planejamento físico do *Campus* foi realizada visita a essas diferentes unidades. Nos acervos pesquisados a documentação – que se encontrava parte em papel e parte digitalizada – algumas vezes não apresentava o assunto de maneira objetiva, o que demandou a verificação de vários documentos até a seleção dos planos e propostas mais relevantes na trajetória da instituição. Os documentos analisados foram escolhidos em função da sua

origem – ou encaminhamento formal – no âmbito administrativo da universidade, portanto não foram incluídas na seleção propostas realizadas como atividade acadêmica. Tampouco a pesquisa abrangeu os diversos Planos de Obras da universidade, pois esses se referem a obras de infraestrutura e edificações, sem necessariamente tratar de aspectos conceituais de planejamento.

A seleção inclui tanto documentos mais extensos e densos, como outros aparentemente mais burocráticos, que, no entanto, representaram desdobramentos no modo de planejar e ocupar o sítio físico (Tab. 1). Portanto há tanto os que têm formatação de “Planos”, quanto de “Propostas”. Considerando-se “Planos” os que apresentam informações técnicas – como traçado urbano, zoneamento, índices, dimensionamento – que permitem balizar os projetos executivos de infraestrutura ou de arquitetura, seja do *Campus* como um todo ou de apenas parte dele. “Propostas” são os relatórios, análises e diretrizes gerais sobre o uso e a ocupação.

Trata-se de uma possibilidade de classificação, afinal na contemporaneidade as características de um “Plano Diretor” ou “Plano de Uso e Ocupação” não são as mesmas de documentos criados em outras épocas e contextos. Foram identificados sete “Planos” e treze “Propostas” relativas ao *Campus* Universitário.

Tabela 1: Planos e propostas para o *Campus* (em ordem cronológica)

| Item | Documento | Ano | Tipo |
|------|---|-----------|----------|
| 1 | Plano Piloto da Universidade de Brasília | 1960 | Plano |
| 2 | Planos para o <i>Campus</i> | 1962-1964 | Plano |
| 3 | Planejamento Físico do <i>Campus</i> | 1972 | Proposta |
| 4 | Plano de Desenvolvimento Físico | 1975 | Plano |
| 5 | Programa de Necessidades Ambientais | 1978 | Proposta |
| 6 | Política de Ocupação do <i>Campus</i> | 1987 | Proposta |
| 7 | Ideia de Desenvolvimento Físico Espacial do <i>Campus</i> | 1988 | Proposta |
| 8 | Planejamento da Extremidade Sul do <i>Campus</i> | 1988 | Plano |
| 9 | Planejamento Físico do <i>Campus</i> | 1989 | Proposta |
| 10 | Plano de Circulação do <i>Campus</i> | 1992 | Proposta |
| 11 | Relatório de Apresentação do Parque Tecnológico | 1993 | Proposta |
| 12 | Diretrizes da Estação Experimental de Educação Ambiental | 1995 | Proposta |
| 13 | Plano de Trabalho do Plano Diretor Físico do <i>Campus</i> | 1996 | Proposta |
| 14 | Relatório Parcial do Plano Diretor de Ampliação da Capacidade Física do <i>Campus</i> | 1996 | Proposta |
| 15 | Plano Diretor Físico do <i>Campus</i> | 1998 | Plano |
| 16 | Resolução do Conselho Diretor da FUB n. 004 | 2000 | Plano |
| 17 | Estudos para o Parque Científico e Tecnológico | 2007 | Proposta |
| 18 | Estudo do Plano de Circulação para o <i>Campus</i> | 2008 | Proposta |
| 19 | <i>Campus</i> Darcy Ribeiro: Elementos do Projeto Urbano | 2010 | Proposta |
| 20 | Resolução do Conselho Diretor da FUB n. 007 | 2016 | Plano |

Fonte: Autor (2018)

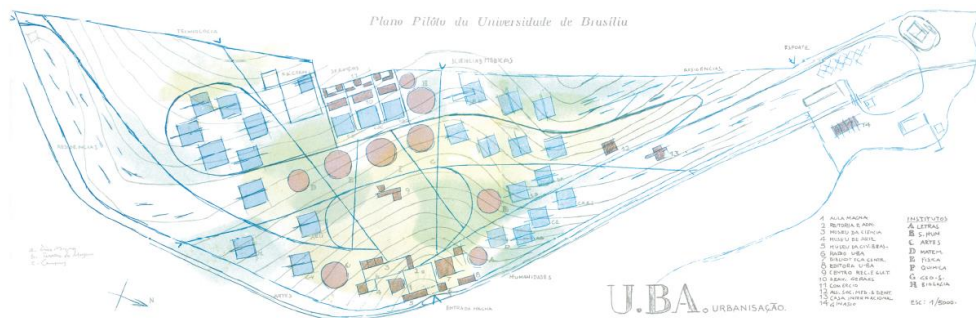
A seguir esses documentos são elencados, incluindo o título, o ano de elaboração, a autoria, a finalidade e os aspectos principais.

3.1 Plano Piloto da Universidade de Brasília, 1960

O “Plano Piloto da Universidade de Brasília” elaborado por Lucio Costa, em 1960, apresentou a primeira proposta de ocupação do *Campus* Universitário. Naquela primeira década de existência da cidade e da UnB era prevista, segundo o Plano Orientador da Universidade de Brasília (UnB, 1962), a oferta de 15.000 matrículas até o ano de 1970. A proposta de Costa para o *Campus* foi apresentada por meio de peça gráfica (Fig. 3) na escala 1/5000 – com as Glebas A e C – e não está acompanhada de memorial descritivo. O Plano localiza os principais edifícios administrativos à leste, marcando o acesso principal ao *Campus*, e os prédios de serviços gerais à oeste. Junto a via L4 Norte são locadas a Aula Magna, Reitoria, Museu da Ciência, Museu de Arte, Museu da Civilização Brasileira, Rádio, Biblioteca Central, Editora. Determina, por meio de um arruamento de traçado ora retilíneo, ora sinuoso, a locação dos

prédios relacionados aos vários institutos da UnB, implantados dispersamente no *Campus* em meio à área gramada, a fim de criar um parque aberto à população da cidade. O ginásio e os demais equipamentos esportivos são locados na extremidade norte e as residências nos limites oeste e sul.

Figura 3: Plano Piloto da Universidade de Brasília, Lucio Costa, 1960



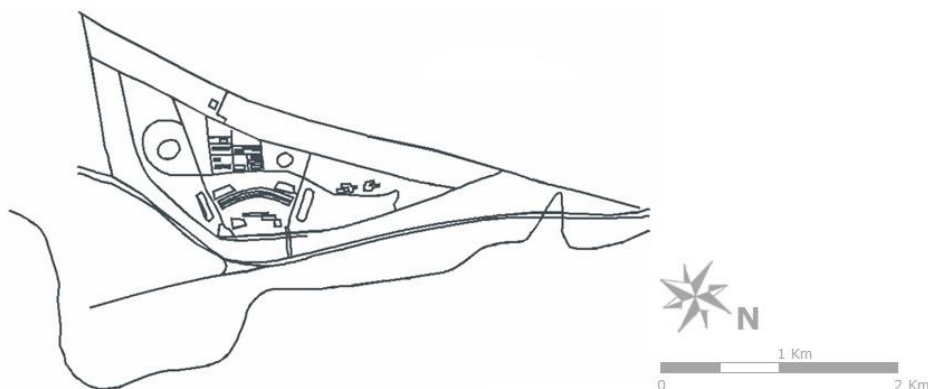
Fonte: Plano Orientador da Universidade de Brasília (UnB, 1962)

3.2 Planos para o *Campus*, 1962-1964

Os “Planos para o *Campus*” elaborados entre 1962 e 1964 por Oscar Niemeyer foram realizados quando este esteve à frente do Centro de Planejamento da UnB, a partir de 1962. Enquanto o Plano elaborado por Lucio Costa foi concebido antes da formalização da criação da universidade, os apresentados por Niemeyer já foram embasados por demandas mais específicas em relação ao planejamento físico. As versões entre 1962 e 1964 apresentadas por Niemeyer contém afinidades entre si, sendo variações sobre um mesmo tema (Fig. 4).

Naquela época vários projetos arquitetônicos estavam sendo desenvolvidos a fim de abrigar a crescente comunidade universitária. Seguindo a orientação da proposta urbanística de concentrar junto à via L4 Norte – localizada na borda leste do *Campus* – os principais prédios da universidade, Niemeyer realizou propostas arquitetônicas, não implementadas, da Reitoria, Auditório, Museu da Civilização Brasileira e Biblioteca que comporiam a “Praça Maior”.

Figura 4: Proposta de ocupação do *Campus*, Oscar Niemeyer, 1963



Fonte: Plano Diretor Físico do *Campus* (UnB, 1998, p. 14)

A proposta de Niemeyer para os Institutos de Matemática, Física, Química e Biologia – que ocupariam prédios diversos segundo o Plano original de Lucio Costa – foi aglutinada em uma única edificação denominada Instituto Central de Ciências (ICC), popularmente conhecido como “Minhocão”. O edifício de 696,00 m de extensão (SCHLEE *et al*, 2014, p. 52) se tornaria a mais emblemática edificação do *Campus*. Com isso, não há exatamente um novo Plano de ocupação, mas um ajuste na proposta de Costa devido à implantação de um prédio dessa dimensão. Em 1963, já considerando o ICC como norteador do desenvolvimento físico do *Campus* (UnB, 1998, p. 13) há o lançamento de futuras

projeções. Nesse período é incorporada ao *Campus* a atualmente designada “Gleba B” (SCHLEE *et al*, 2014, p. 58) destinada a abrigar o então Centro Olímpico da Juventude de Brasília, posteriormente conhecido apenas como Centro Olímpico (CO).

3.3 Planejamento Físico do *Campus*, 1972

O “Planejamento Físico do *Campus*” da Universidade de Brasília, de 1972, foi elaborado pelo Centro de Planejamento (UnB, 1972) objetivando analisar e propor diretrizes de ocupação do espaço físico do *Campus*. Há a indicação de autoria coletiva, sem a relação dos componentes da equipe. O documento avalia o modo de ocupação do *Campus* e ressalta a necessidade premente de formação de uma equipe com condições humanas e materiais mínimas para o desenvolvimento de um planejamento físico, bem como relata a falta de interação entre as equipes que elaboram os projetos de arquitetura resultando em abordagens arquitetônicas desconectadas de um planejamento global. O texto destaca a repetição de objetos arquitetônicos isolados que não levavam em conta um enfoque sistêmico, apesar do fundamento conceitual da UnB pretender abolir as unidades de ensino isoladas e caracterizar o seu *Campus* como um polo cultural na cidade. Cita o deslocamento das residências estudantis – proposto pelo CEPLAN nos anos 1969 e 1970 – para junto do Centro Olímpico a fim de aproximá-las dos equipamentos esportivos e recreacionais. Também menciona a implantação de um Restaurante e um Centro de Vivência – propostos pelo CEPLAN em 1971 – que inicialmente integrariam a Praça Maior da universidade, mas que, após estudos sobre estratégia de criação de um espaço gregário central, foram locados à oeste do Instituto Central de Ciências. Quanto ao prédio mais significativo da universidade, o ICC, relata que dos 80.000 m² de área inicialmente projetada, restavam concluir 19.000 m² (*Ibidem*, p. 18). Em relação à mobilidade urbana, indica que o acesso principal de veículos é a via L2 Norte, mas prevê que futuramente a via L4 Norte alcançará o protagonismo de acesso principal do *Campus*, como propunha o Plano original de Lucio Costa. O estudo sobre o eixo de distribuição da comunidade universitária destaca o fluxo sudoeste-nordeste, entre a Faculdade de Educação e o Centro Esportivo, e os acessos ao *Campus* a partir da Asa Norte.

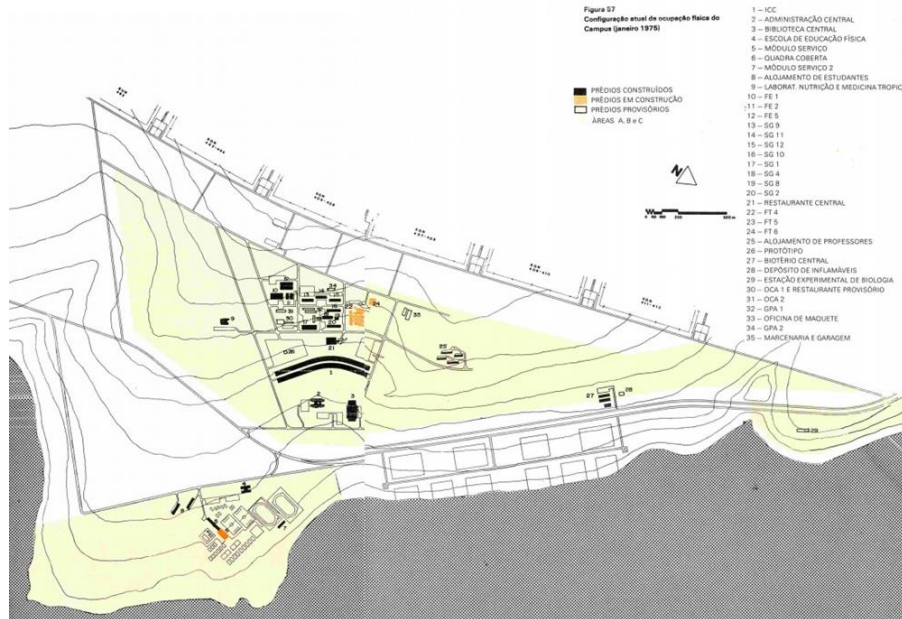
As diretrizes finais apresentadas para as futuras edificações são: (1) versatilidade de modelo para abrigar diversas categorias espaciais; (2) capacidade de articulação entre tipos espaciais; (3) otimização dos processos de construção para adoção de processos menos artesanais; e (4) busca de economia na construção por meio de modelos e associação de elementos construtivos, bem como adequado emprego das tecnologias disponíveis.

3.4 Plano de Desenvolvimento Físico, 1975

O “Plano de Desenvolvimento Físico” da Universidade de Brasília data de 1975 e foi elaborado por Adilson Costa Macedo, arquiteto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, e Cláudio Cordeiro Neiva, economista vinculado à Assessoria de Planejamento e Controle (UnB, 1975). O Plano registra a evolução e projeção dos corpos docente, discente e técnico-administrativo da UnB; apresenta a situação da ocupação, do uso e da infraestrutura do *Campus*; e propõe estratégias de ocupação e as edificações futuras. Nele constam projetos de arquitetura elaborados por professores da UnB por meio do Laboratório Experimental de Arquitetura e Urbanismo (Leau), denominação temporária do CEPLAN devido ao formato institucional implantado naquele período (CAVALCANTE, 2015, p. 389). O documento planeja a evolução das obras de construção, urbanização, paisagismo e saneamento até a data prevista para a implantação final da UnB, no ano de 1978. Registra a insatisfação com o desempenho da primeira década da universidade, quando houve o predomínio da improvisação e da imprecisão de objetivos reais, além de exaltar o engajamento “da comunidade universitária, laboriosa e ordeira, e do apoio do Governo Federal” (*Ibidem*, p. 16) na melhora de índices de qualidade referentes ao percentual de professores pós-graduados, bem como a ampliação de cursos de graduação e pós-graduação. Prevê uma “condição de equilíbrio” da população universitária em 1980, “possibilitando a fixação de limites organicamente

articulados” (*Ibidem*, p. 19). São apresentados dados em relação a evolução e projeção do corpo discente, docente e técnico-administrativo que no ano de 1974 chegara a cerca de 11 mil pessoas.

Figura 5: Configuração da ocupação física do *Campus* em janeiro de 1975



Fonte: Plano de Desenvolvimento Físico (UnB, 1975, pp. 118-119)

Figura 6: Eixo de atividades de apoio comunitário. O eixo mais logo é identificado como a “Rua do Restaurante Universitário”



Fonte: Plano de Desenvolvimento Físico (UnB, 1975, p. 124)

Em relação ao plano urbanístico (Fig. 5), recomenda a localização da Faculdade de Tecnologia entre o Restaurante e a via L3 Norte, próxima aos prédios de Serviços Gerais, SGs. As unidades de ensino vinculadas às Ciências da Saúde são localizadas no extremo sul da rua do Restaurante Central (*Ibidem*, p. 53). Relata que a construção do Instituto Central de Ciências havia iniciado em 1963 e que até 1969 apenas 15% da sua área prevista havia sido edificada (*Ibidem*, p. 55), ressaltando que a ocupação do ICC foi efetivada sem um planejamento detalhado, o que demandou estudos para resgatar características do projeto original do prédio.

O Plano lista ainda as edificações existentes ou em construção incluindo descrição, peças gráficas e quadro de áreas. Apresenta a indicação (1) da Estratégia de Ocupação (*Ibidem*, p. 120), identificando os vetores de expansão partindo da área central do *Campus* – Restaurante e Centro de Vivência – e do ICC (Fig. 6); (2) do Zoneamento das Atividades de ensino e pesquisa, administração, apoio comunitário e residência de professores; e (3) dos Locais de Ocupação prioritária. Também ressalta a necessidade de criação de uma política para as obras de infraestrutura e paisagismo.

3.5 Programa de Necessidades Ambientais, 1978

O “Programa de Necessidades Ambientais” foi elaborado em 1978 por Adilson Costa Macedo, integrante do Departamento de Arquitetura, e Antônio Afonso Toledo, do Escritório Técnico Administrativo (UnB, 1978). Aborda metas para a instalação definitiva do Setor de Serviços Gerais e de edifícios de apoio comunitário no perímetro leste do *Campus*. A introdução do documento informa que as obras previstas no “Plano de Desenvolvimento Físico”, elaborado em 1975, apresentam-se em adiantada fase de implantação e que a prioridade do momento é a instalação definitiva dos serviços de apoio, como a Garagem, Marcenaria e Serralheria, integrantes do Setor de Serviços Gerais localizado junto à via L4 Norte, contíguo ao Biotério. Registra a necessidade de ajuste na localização desse Setor devido a construção do estacionamento executado para atender ao Clube dos Servidores – e que a partir do ano 2001 serve ao Centro Comunitário Athos Bulcão. Também destaca a interferência que o viaduto de acesso à ponte do Lago Norte teria no *Campus*.

3.6 Política de Ocupação do *Campus*, 1987

A Circular do Magnífico Reitor n. 033/87 sobre a “Política de Ocupação do *Campus*” aborda a ocupação do *Campus* por atividades externas às desenvolvidas exclusivamente pela universidade. Foi encaminhada pelo Reitor da UnB, Cristovam Buarque, ao Conselho Diretor em 30/04/1987. O documento destaca a necessidade de implantação de uma política de ocupação de espaço físico no *Campus* a fim de disciplinar sua expansão e regulamentar a interação com a comunidade. Segundo o texto “é indispensável que se vislumbre o enorme potencial de geração de recursos à FUB” (UnB, 1987, p. 1) por meio da instalação no *Campus* de organismos nacionais e internacionais ligados ao ensino, pesquisa e atividade econômica. Destaca que “não se pode ignorar, evidentemente, como resultado desta decisão, os enormes benefícios políticos que advirão de um processo de maior aproximação com estes organismos” (*Ibidem*, p. 1). Com esses argumentos instiga os integrantes do Conselho Diretor a “atribuir uma prioridade à criação de fontes alternativas de geração de recursos” (*Ibidem*, p. 2) por meio da formação de um mecanismo que responda à demanda de entidades públicas e privadas interessadas em se instalar no *Campus*. Essa ação permitiria a construção no *Campus* de imóveis de instituições externas à universidade que seriam instaladas em setores conforme os campos de conhecimento.

3.7 Ideia de Desenvolvimento Físico Espacial do *Campus*, 1988

O documento “Ideia de Desenvolvimento Físico Espacial do *Campus*”, versão 1987/1988, foi elaborado por Alberto Alves de Faria, Eurico Salviatti, Gunter Kohlsdorf, Hailhi Lauriano Dias, Márcio Vilas Boas e Paulo de Melo Zimbres, profissionais do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) da UnB e da Prefeitura do *Campus* (PRC). Seu intuito é, por meio do estudo da inter-relação entre as atividades desenvolvidas no *Campus* e as da cidade, propor uma forma ordenada de ocupação na Universidade de Brasília “evitando a repartição indiscriminada do território” (UnB, 1988a, p. 3). Contém relato crítico dos diversos planos elaborados para o *Campus*, destacando que no início havia a intenção de um criar uma Praça Maior que marcaria o acesso à universidade e direcionaria os vetores de desenvolvimento. Registra, porém, que nem os prédios da Reitoria e Biblioteca, remanescentes do conjunto que formaria a Praça Maior, tampouco o ICC, são estruturadores da ocupação. O “eixo de desenvolvimento” (*Ibidem*, p.8) efetivo é a rua em frente ao Restaurante Universitário. Outra constatação apresentada é que entre

os anos de 1974 e 1987 o *Campus* não sofreu intervenções de grande porte e vários projetos não foram construídos.

O detalhado diagnóstico relata a preocupação da equipe com a “falta de estrutura físico-espacial, uma falta de integração e continuidades, uma falta de princípios organizadores de configuração” (*Ibidem*, p. 8). Na análise morfológica discorre sobre característica marcante do *Campus*: “edifícios se apresentarem – praticamente todos eles – como invólucros poucos livres, poucos flexíveis. Aí incluindo o próprio ‘Minhocão’, um dos primeiros” (*Ibidem*, p. 13).

As propostas para a qualificação visando a urbanidade do *Campus* incluem a reintrodução de uma estrutura físico-espacial por meio de um conjunto sequenciado de elementos espaciais, como “praças, eixos, ruas, varandas, marquises, passarelas, pátios, etc.” (*Ibidem*, p. 14). Isso acarretaria uma “continuidade de massa edificada que permite definir um sistema de espaços, predominantemente públicos, não simplesmente residual (...)” (*Ibidem*, p. 14).

É reconhecida – e incentivada – a vocação do Instituto Central de Ciências como vetor de desenvolvimento. Por isso são propostos eixos estruturantes de ocupação a partir dos seus acessos, criando uma adequada circulação de pedestres até as novas edificações. Especificamente sobre os imóveis destinados a moradia, é incentivada a ampliação da área residencial, conhecida como “Colina” e criticada a localização da Casa do Estudante Universitário – situada próxima ao Centro Olímpico – por “carecer de condições de potencializar a sua vitalidade urbana” (*Ibidem*, p. 21).

Em relação ao zoneamento, o estudo defende a ocupação no Setor Sul por usos mistos, mais urbanos que acadêmicos, e que pudessem “fazer render um solo até hoje não rentável” (*Ibidem*, p. 23). Ao norte do *Campus* as atividades indicadas são as de uso rural.

3.8 Planejamento da Extremidade Sul do *Campus*, 1988

O “Planejamento da Extremidade Sul do *Campus*” data de 1988 e foi elaborado por Paulo de Melo Zimbres, Alberto Alves de Faria e Viviane A. Curi. O documento atendeu a Resolução do Conselho Diretor da FUB n. 021/87, de 20/05/1987, que em seu 2º parágrafo estabelece a reserva de área na extremidade sul do *Campus* para abrigar atividades externas à UnB, porém vinculadas às atividades de ensino, pesquisa, ciência e cultura (UnB, 1988b, p. 1). Segundo a proposta encaminhada, o Setor Sul do *Campus* (Fig. 7) deve ser o ponto de interação entre a universidade e a comunidade local, nacional e internacional. O objetivo desse tipo de ocupação é (1) responder a necessidade de utilização de áreas ociosas; (2) criar um local para receber órgãos do governo e instituições vinculadas às atividades de ensino e pesquisa; e (3) favorecer a inserção do *Campus* nos espaços públicos de Brasília (*Ibidem*, pp. 1-2). Algumas premissas sobre a urbanização do setor são: diluir a barreira entre o *Campus* e a vida urbana; criar estruturas densas que evitem edifícios isolados cercados por extensas áreas verdes com elevado custo da infraestrutura; e participar da imagem da cidade por meio de ocupação de via destinada a ser a continuidade da ponte prevista do Lago Norte.

O estudo analisa o sítio em aspectos relacionados à delimitação da área, topografia, condicionantes visuais e vegetação propondo diretrizes para diferentes aspectos da ocupação. Essas orientações se referem à criação de (1) unidades urbanas dimensionadas na escala do pedestre; (2) espaços de compartilhamento harmonioso entre pedestres e veículos; (3) estacionamentos que não excedam 10% das áreas urbanas; (4) espaços públicos tendo no entorno diferentes usos; (5) passeios sombreados para pedestres; (6) locais de trabalho mesclando diferentes atividades; (7) possibilidade de incorporação de atividades urbanas; (8) malha viária com retas de no máximo 300 metros, a fim de evitar excessos de velocidade; (9) áreas ajardinadas acessíveis; (10) pequenas praças públicas; (11) agrupamento de atividades com funcionamento noturno; (12) edifícios com arquitetura que evite a monotonia e a ilegibilidade; (13) paradas de ônibus com desenho adequado; (14) edifícios com altura equivalentes a

três pavimentos e cobertura, entremeados por parques e jardins; (15) espaços públicos projetados, evitando tratá-los como áreas residuais; (16) edifícios estreitos – com 12,00 m de largura – a fim de propiciar a ventilação cruzada; (17) edifícios implantados de forma que seja evitada a insolação dos quadrantes nordeste, noroeste e oeste; e (18) edifícios implantados em áreas ecologicamente desequilibradas, a fim de melhorá-las. Acompanha o documento proposta de ossatura viária composta de curvas suaves que levam a uma gradual percepção dos espaços.

Figura 7: Plano Urbanístico *Campus*- Setor Sul



Fonte: Planejamento da Extremidade Sul do *Campus* (UnB, 1988)

3.9 Planejamento Físico do *Campus*, 1989

O “Planejamento Físico do *Campus*” da UnB foi encaminhado formalmente ao Gabinete do Reitor em março de 1989 (UnB, 1989) atendendo à demanda de definição de itens do planejamento global do *Campus*. O documento foi elaborado por professores do Instituto de Arquitetura e Urbanismo e por arquitetos da Prefeitura do *Campus* – não há relação dos nomes dos integrantes das equipes – e desenvolve e revê algumas propostas do “Ideia de Desenvolvimento Físico Espacial do *Campus* da UnB”. O documento versa sobre a estrutura de caminhos e espaços de vivência no *Campus*; o zoneamento; e a localização de alguns prédios, para os quais é indicada mais de uma possibilidade de locação.

Um desdobramento desse estudo foi a criação da Comissão Permanente de Espaço Físico instituída pela Resolução do Conselho de Administração n. 01/89. A Comissão, presidida pelo Prefeito do *Campus*, tinha como principal atribuição acompanhar e avaliar o Plano de Espaço Físico da universidade que a cada cinco anos deveria ser submetido ao Conselho de Administração (CAD). Ao final de 1997 a Comissão foi extinta (UnB, 1998, p. 18).

3.10 Plano de Circulação do *Campus*, 1992

O “Plano de Circulação do *Campus*” da Universidade de Brasília, finalizado em 1992, foi realizado conjuntamente pelo Mestrado em Transportes Urbanos (MTU), vinculado à Faculdade de Tecnologia (FT) e pelo Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) a fim de apresentar proposta para um melhor fluxo de veículos (UnB, 1992). A equipe técnica foi composta por José Augusto Abreu Sá Fortes (Coordenador), Joaquim José Guilherme de Aragão, José Matsuo Shimoishi, Maria Alice Prudêncio Jacques, Nilton Pereira Andrade, Paulo César Marques da Silva, Yaeko Yamashita e Ricardo Nogueira Cancelli. O estudo apresenta diagnóstico da situação da circulação no *Campus* e propõe “diretrizes

gerais e específicas relativas a circulação viária, estacionamentos, pedestres, transporte público, ciclovias, sinalização e acidentes no trânsito” (*Ibidem*, p. 4). Apresenta levantamento constando a contagem volumétrica classificada de veículos, pedestres e ciclistas; a ocupação dos estacionamentos; os caminhos existentes e linhas de desejo de pedestres e ciclistas; as ocorrências de acidentes; o quantitativo de vagas de estacionamento; e o transporte público.

Em relação à circulação viária o diagnóstico é que, em virtude de praticamente todas as vias internas ao *Campus* permitirem o fluxo em ambos os sentidos, há excesso de interseções e conflitos incompatíveis com os níveis de mobilidade desejados. Outra constatação é que a concentração de viagens nos horários de início e término das atividades letivas e administrativas gera “dificuldade de acesso dos veículos, pedestres e ciclistas nos cruzamentos devido à continuidade do fluxo de tráfego” (*Ibidem*, p. 14). Nos entre picos o risco é o “desenvolvimento de altas velocidades por parte dos condutores dos veículos motorizados” (*Ibidem*, p. 14). Soma-se a essas questões a geometria inadequada das vias para os veículos em geral e, particularmente, os ônibus. Quanto aos pedestres, relata que os caminhos pavimentados geralmente estão em péssimo estado de conservação e que em grande parte o calçamento é inexistente. Também registra que não são devidamente atendidas as questões relacionadas a acessibilidade para deficientes físicos e ciclistas.

São apresentadas as seguintes propostas de melhorias: revisão geométrica das vias; duplicação das vias de acesso ao ICC – extremidades norte e sul –; conexão da pista norte do ICC com a via L4 Norte; adequação da sinalização de acordo com a legislação; e construção de rede de pistas para pedestres e deficientes. Por fim sugere o monitoramento dos acidentes de trânsito e o treinamento da segurança interna sobre aspectos da mobilidade urbana.

3.11 Relatório de Apresentação do Parque Tecnológico, 1993

O “Relatório de Apresentação do Parque Tecnológico” da Universidade de Brasília foi elaborado pelo Grupo de Estudo de Viabilidade para a Implantação do Parque Tecnológico e apresentado à Comissão do Espaço Físico em dezembro de 1993 (UnB, 1993). No documento não constam os nomes dos integrantes da equipe. O estudo foi desenvolvido em conjunto com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) e seguiu a diretriz de uso e ocupação do solo proposta pela Prefeitura do *Campus* e pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo. O objetivo do estudo foi o planejamento de uma área de aproximadamente 10 hectares, ao sul do *Campus*, que seria “um local aglutinador de atividades de produção/exibição de tecnologia de ponta, assim como atividades, negócios, vivência e compras, dispostas sem uma setorização muito rígida, além de atividades de apoio ao Parque (restaurante, hotel, administração, etc.)” (*Ibidem*, p. 1). O Parque Tecnológico é definido espacialmente por uma grande praça delimitada por três prédios: o Centro Cultural – que inclui acervo com a história da humanidade e uma mostra de experimentos científicos – o Centro de Atividades – *shopping* – e o Centro Empresarial, dispostos dentre área verde com tratamento paisagístico diferenciado, que incluiria espécies nativas, espécimes vegetais produzidos em laboratório e obras de arte. São definidas duas escalas distintas para o Parque: a monumental, no acesso principal, e a gregária, nos locais de convívio. A proposta abrange edificações com atividades de pesquisa, empresas incubadas, empresas prestadoras de serviços, comércio e restaurantes. Quanto à arquitetura, a recomendação é a utilização de conceitos bioclimáticos. Em relação à tipologia, com exceção da praça em escala monumental, é indicado que as edificações tenham “uma tipologia pavilhonar, com o máximo de três pavimentos, permitindo-se que os diversos blocos (CDT, centros empresariais e administração do Parque) se interliguem através de passarelas aéreas” (*Ibidem*, p. 3). O Plano ainda detalha os prédios principais, incluindo um hotel-escola.

3.12 Diretrizes da Estação Experimental de Educação Ambiental, 1995

O documento “Diretrizes da Estação Experimental de Educação Ambiental” da Universidade de Brasília (UnB, 1995) foi elaborado em 1995 sob coordenação de Alexandre Fernandes Bamberg de Araújo, vinculado ao Instituto de Ciências Biológicas (IB), e Marcos Silva da Silveira, doutorando em Antropologia no Instituto de Ciências Sociais (ICS). O estudo atende à demanda de Comissão criada por meio da Resolução n. 097/94 da Reitoria, de 18/10/1994, incumbida de estabelecer diretrizes para o planejamento físico e, também, elaborar um programa de educação ambiental interdisciplinar no Centro Olímpico (CO). O documento abrange tópicos referentes a conservação, recuperação, segurança e uso da área do Centro Olímpico.

Em histórico sobre a utilização da Gleba B é citada que ela integra Área de Proteção Ambiental do Paranoá criada pelo Governo do Distrito Federal (GDF) por meio de Decreto-lei n. 12.055, de 1989 (GDF, 1989). A proposta é que Gleba B seja subdividida em duas áreas com usos distintos. Uma porção do terreno é destinada a abrigar os usos já estabelecidos no local – residência estudantil, Faculdade de Educação Física (FEF) e Centro Olímpico – e atividades de lazer. Outra, denominada Estação Experimental de Educação Ambiental, é destinada a atividades didáticas de educação ambiental, de extensão e de pesquisa. Na justificativa da proposta há a caracterização física do local por meio de informações sobre o relevo, a geomorfologia, o clima, a vegetação e os solos. Há, também, um mapeamento das áreas degradadas e várias orientações para manejo. As diretrizes incluem a utilização de vegetação nativa para o reflorestamento, a compactação do entulho existente no local, o cercamento da área – tornando-a de acesso restrito – e o ajuste das redes de esgoto e águas pluviais. Ainda integra o estudo lista preliminar de espécies vegetais encontradas naquela área.

3.13 Plano de Trabalho do Plano Diretor Físico do *Campus*, 1996

O “Plano de Trabalho do Plano Diretor Físico do *Campus*” da UnB foi encaminhado por Alberto Alves de Faria, Prefeito do *Campus* e Presidente da Comissão Permanente de Espaço Físico, a vários setores da universidade por meio do Memo. 174/089/96, de 19/06/1996 (UnB, 1996a), a fim de que as propostas fossem analisadas. O Plano contém o Relatório Preliminar do grupo responsável pelos trabalhos de Planejamento Físico do *Campus*. Este relatório está estruturado em (1) Apresentação/Histórico, (2) Introdução, (3) Sobre as angústias, (4) Sobre o produto, (5) Sobre o processo, e (6) Considerações Finais. A respeito do *Campus* o texto registra que “foram diversas tentativas de equacionar as suas formas de ocupação, visando a mencionada eficiência e adequação de seu espaço aos objetivos pretendidos” (UnB, 1996, 2) e que a elaboração de um Plano orienta e baliza questões relacionadas aos edifícios, infraestrutura, paisagem e sistema viário. No documento é apresentada análise sobre as formas de ocupação do *Campus* até então, ressaltando o viés morfológico. É destacada a existência de um acolchoado de fortalezas, entendido como “prédios fechados em si, distantes uns dos outros, separados por extensas áreas verdes ou grandes estacionamentos (...)” (*Ibidem*, p. 3). Como resposta a esse tipo de ocupação, considerada inadequada, é proposta a elaboração de um Plano Diretor Físico composto de (1) cadastro integrado de espaço, uso, equipamento, mobiliário e pessoal; (2) memorial do patrimônio arquitetônico e urbanístico – incluindo informações sobre acervo tombado, regime de uso e diretrizes de preservação –; (3) plano de uso e ocupação do solo – incluindo discriminação de zonas de uso restrito, preservação ambiental, preservação do patrimônio arquitetônico, de adensamento e de expansão –; (4) plano viário; (5) plano de implementação; (6) código de posturas; e (7) código de especificação e encargos para itens relacionados a projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia.

3.14 Relatório Parcial do Plano Diretor de Ampliação da Capacidade Física do *Campus*, 1996

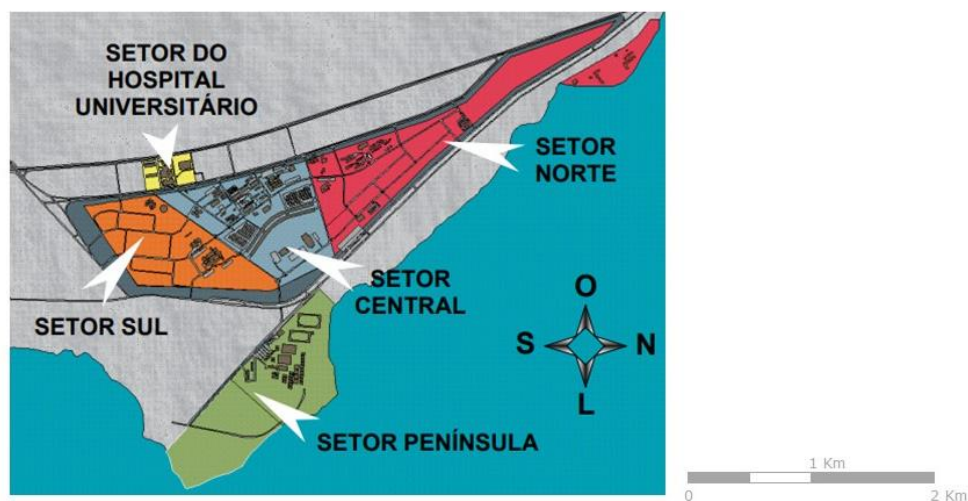
O “Relatório Parcial do Plano Diretor de Ampliação da Capacidade Física do *Campus*” foi elaborado em 1996 por Denise de Aragão Costa Martins, Cláudio Oliveira Arantes, Jeremias da Silva Bastos Filho e José Murilo Rocha, integrantes de Comissão constituída pela Resolução da Reitoria 088/96, de

04/10/1996 (UnB, 1996b). Essa comissão tinha como objetivo preparar a minuta do Plano Diretor de Ampliação da Capacidade Física do *Campus*. O Relatório identifica questões que contribuíram para o agravamento de problemas referentes ao espaço físico da universidade: o aumento progressivo do número de cursos e de matrículas, a desorganização das ofertas de disciplinas de graduação, o desordenamento da ocupação do espaço físico das edificações e a expansão da ocupação do espaço do subsolo do Instituto Central de Ciências (ICC). Como forma de atender às demandas das atividades de ensino – que estavam a ponto de serem inviabilizadas devido à falta de espaço físico – é sugerida a imediata racionalização da oferta das matérias de graduação e pós-graduação, melhor distribuindo-as por dia da semana, horário e número de vagas. Também é indicado o reordenamento do espaço físico do ICC e da então Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (FA), bem como a construção de novos edifícios.

3.15 Plano Diretor Físico do *Campus*, 1998

O “Plano Diretor Físico do *Campus*”, finalizado em 1998, foi elaborado por Frederico Flósculo Pinheiro Barreto – vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – e Alberto Alves de Faria e Cláudio Oliveira Arantes – vinculados à Prefeitura do *Campus* (UnB, 1998). O documento também abrange o planejamento do Hospital Universitário (HUB) que, apesar de não estar localizado no *Campus* Universitário, encontra-se em área contígua (Fig. 8). O Plano é estruturado em (1) Diretrizes de Planejamento Físico e Institucional, (2) Diretrizes de Projeto e Ocupação, e (3) Setorização e Zoneamento do *Campus*.

Figura 8: Identificação dos setores do *Campus*



Fonte: Plano Diretor Físico do *Campus* (UnB, 1998, p. 203)

Apresentado como um instrumento administrativo auxiliar, estabelece diretrizes para a ocupação do *Campus*, integrando as instâncias responsáveis pelo planejamento institucional e planejamento físico. Além disso, normatiza os estudos relativos ao espaço físico e os padrões mínimos de projetos técnicos. O documento abrange várias instâncias, como a capacidade empreendedora da UnB procurar “desenvolver o experimento da auto sustentação no fornecimento de energia elétrica, de água e dos serviços de esgoto” (*Ibidem*, p. 8) e a possibilidade de atender as demandas de espaço físico por meio de ajustes administrativos. Ao final da confrontação entre o planejamento e o efetivo desenvolvimento físico do *Campus* é informado que não há “instância adequadamente organizada para a contínua coordenação técnica e administrativa de planejamento” (*Ibidem*, p. 18). Outra constatação é que “os documentos de 1988 não cumprem esse papel de instrumento de planejamento físico, sobretudo por não terem sido desenvolvidos como Plano Diretor Físico” (*Ibidem*, p. 19). A análise prossegue abordando o planejamento acadêmico, os aspectos administrativos, os aspectos comunitários, os aspectos urbanísticos, os vetores de ocupação, os usos, a paisagem criada e os padrões e impactos das

atividades. Há capítulo específico sobre os condicionantes de projeção de edificações e infraestrutura, incluindo as etapas de projeto, lista de siglas, glossário e esquemas das redes.

Quanto ao zoneamento foram definidas as seguintes categorias de uso: área natural de estrita preservação; ocupação estritamente acadêmica; instituições público-privadas de interesse acadêmico; habitação coletiva da comunidade universitária; equipamento de apoio e convívio comunitário; parque de recreação e lazer; parque de convenções e hotelaria; e área de manutenção e apoio técnico. O *Campus* foi subdividido em 41 setores, cada um com nomenclatura das vias circundantes e parâmetros identificados. Para cada setor foi apresentada ficha contendo endereçamento; área *aedificandi*, área total; itens de segurança; acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais; itens de manutenção (consumo de energia, reservatórios, sistema de esgotos, coleta de lixo, infraestrutura especial, controle de acesso); categoria; índice de aproveitamento; taxa de ocupação; altura máxima permitida; afastamentos; áreas de jardins; parâmetros para estacionamentos; parâmetros para subsolos; cercamento da unidade; população de cálculo; diretrizes de paisagismo; cobertura vegetal; e observações.

3.16 Resolução do Conselho Diretor da FUB n. 004, 2000

A “Resolução do Conselho Diretor da FUB n. 004/2000”, instituída pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília em 21/07/2000, implementa a setorização e as diretrizes de uso do solo do território do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro e dá outras providências (UnB, 2000). É baseada na proposta técnica apresentada no Plano Diretor Físico do *Campus*, elaborado em 1998, apresentando a setorização, as categorias de ocupação, as disposições comuns aos setores e as competências técnicas e administrativas no âmbito do planejamento físico do território do *Campus*.

Ao Conselho Diretor compete a deliberação sobre a administração dos bens patrimoniais da Fundação Universidade de Brasília (FUB), portando essa resolução institui formalmente os parâmetros de planejamento físico do *Campus*.

3.17 Estudos para o Parque Científico e Tecnológico, 2007

O projeto de “Estudos para o Parque Científico e Tecnológico” (UnB, 2007) da UnB foi elaborado por Alberto Alves de Faria, vinculado ao CEPLAN, Marta Adriana Bustos Romero e Liza Maria Souza de Andrade, vinculadas ao Laboratório de Sustentabilidade Aplicado a Arquitetura e ao Urbanismo (LaSUS) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). O relatório foi finalizado em 2007. O enfoque do estudo é a apresentação de parques tecnológicos em várias cidades do país e do mundo. São apresentadas informações sobre zoneamento e setorização; parcelamento; programa; meio ambiente; infraestrutura; gestão; aspectos jurídicos e viabilidade econômica em parques localizados em Porto Alegre (TECOPUC), Campinas (INOVA), Belo Horizonte, Florianópolis (*Sapiens Parque*), Reino Unido (*The Surrey Research*), e Itália (*Environment Park*). Após, é apresentado um pré-programa do Parque Científico e Tecnológico da UnB, localizado no Setor Sul do *Campus*, incluindo diretrizes de desempenho funcional, tipologias dos edifícios, modelos de ocupação e desempenho ambiental. A proposta conceitua Parque Científico e Tecnológico como uma organização complexa e volátil dentro ou a no máximo cinco quilômetros de distância de instituição de ensino (*Ibidem*, p. 8).

O estudo detalha aspectos para uma construção sustentável e lista condicionantes físicos relativos à infraestrutura; redes de distribuição; relevo; vegetação; insolação e temperatura; ventos dominantes; aspectos cênicos; acessibilidade de pedestres e veículos; mobiliário urbano; aspectos de sociabilidade; equipamento de apoio e convívio comunitário; aspectos didáticos; e tratamento de resíduos.

3.18 Estudo do Plano de Circulação para o *Campus*, 2008

O “Estudo do Plano de Circulação para o *Campus*” (UnB, 2008) foi elaborado em 2008 por equipe liderada por José Augusto Abreu Sá Fortes e Paulo César Marques da Silva, da Faculdade de Tecnologia (FT); Eduardo Oliveira Soares e Mona Lisa de Souza Choas, da Prefeitura do *Campus*; Alberto Alves de Faria e Ronald Bello, do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer; e Eneida Bueno Benevides, do Programa de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais. O objetivo do estudo é avaliar e propor melhorias em relação à circulação viária, rotas de pedestres, ciclovias, sinalização viária, estacionamentos e transporte coletivo no *Campus*.

Baseado na análise das questões referentes à mobilidade urbana no *Campus* foram realizadas propostas de: criação de novas vias, ajuste na geometria viária; mudança no sentido do tráfego de veículos; revisão das calçadas e adaptação às normas existentes; melhoria da iluminação e sinalização; instalação de bicicletários e de estações de empréstimos de bicicletas; rearranjo e redimensionamento de vagas nos estacionamentos; e implantação de novas linhas e reordenamento do sistema de transporte público.

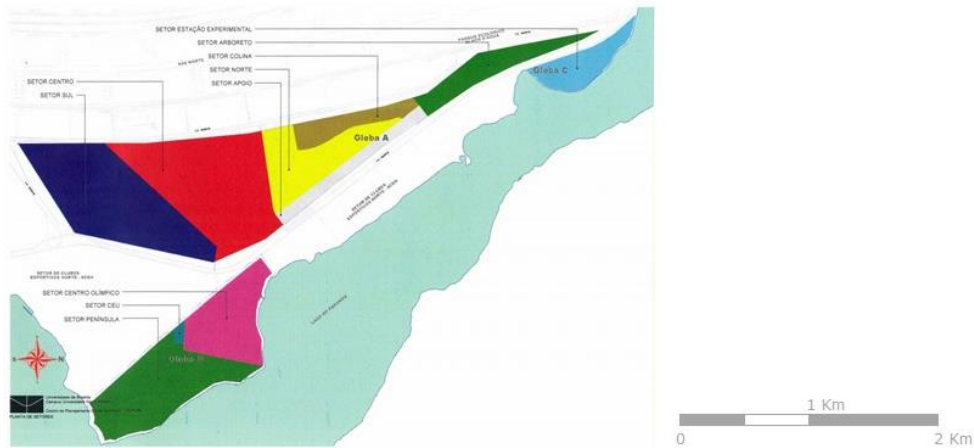
3.19 *Campus* Darcy Ribeiro: Elementos do Projeto Urbano, 2010

O estudo “*Campus* Darcy Ribeiro: Elementos do Projeto Urbano” foi elaborado por Adilson Costa Macedo na condição de consultor do CEPLAN (UnB, 2010). O documento, finalizado em 2010, tem como objetivo analisar e propor diretrizes de discussão de melhorias no planejamento físico do *Campus*. É registrado que a ocupação do *Campus* é caracterizada por prédios isolados dentro amplo sistema de áreas livres. Nas próximas ocupações, porém, é defendido que esse modelo seja substituído por “uma atitude mais parcimoniosa do parcelamento do solo e para a ocupação mais densa por edifícios” (*Ibidem*, p. 2). Os tópicos abordados no documento são apresentados como ideias iniciais para um debate junto a comunidade universitária visando a elaboração de um plano de uso e ocupação. O estudo apresenta princípios relativos ao (1) sistema viário – que deve ter largura condizente com a hierarquia da via –; às (2) quadras – com limite de taxa de ocupação de 0,4 e de coeficiente de aproveitamento de 1,5 –; aos (3) lotes, ou seja, dimensão adequada para a implantação das novas edificações; e aos (4) edifícios – preferencialmente projetados na maior densidade de ocupação possível.

3.20 Resolução do Conselho Diretor da FUB n. 007/2016

A “Resolução do Conselho Diretor da FUB n. 007/2016” (UnB, 2016), instituída pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília em 06/04/2016, define a setorização e as diretrizes de uso do solo do território do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro e dá outras providências. Baseada em proposta técnica elaborada por Evangelos Christakou, Cláudio Oliveira Arantes, Eduardo Oliveira Soares e Júlio Cesar Lavrador Andréo, vinculados ao CEPLAN, o documento atualiza a Resolução do Conselho Diretor da FUB n.004/2000 e institui a setorização do território do *Campus*, as categorias de ocupação, as disposições comuns aos setores, e as competências técnicas e administrativas no âmbito do planejamento físico do território. A Resolução subdivide o *Campus* em dez setores (Fig. 9), com diferentes parâmetros de ocupação e indica que “para todos os setores deverão ser elaborados planos setoriais físicos visando ao detalhamento da ocupação prevista do território” (*Ibidem*, p. 10). A Resolução está em consonância com a Portaria n. 166, de 11/05/2016, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria n. 314/1992 (IPHAN, 2016), documento responsável por definições e critérios para intervenção no Conjunto Urbanístico de Brasília.

Figura 9: Identificação dos setores do *Campus*



Fonte: Resolução do Conselho Diretor da FUB n. 007/2016 (UnB, 2016)

Esses documentos apresentam o modo de planejar e avaliar a questão do uso e da ocupação do solo no principal *Campus* da Universidade de Brasília. A recorrência de algumas questões, bem como de algumas críticas, revela o quanto o planejamento é capaz de antever, atender ou frustrar as demandas da universidade.

4. Planejamento

A avaliação dos vinte documentos selecionados permite a elaboração de um panorama da produção técnica relacionada ao planejamento físico do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro. O “Plano Piloto da Universidade de Brasília”, de Lucio Costa, traçou as diretrizes da ocupação do *Campus*, implantando vias com traçados livres e prédios dispersos em área verde. Diferente do Plano Piloto de Brasília que possui relatório justificando e detalhando o traçado da cidade, o planejamento para a UnB não é acompanhado por texto descritivo. Com isso, a interpretação da proposta é feita unicamente por meio da análise da planta de urbanização, que não chega a explicitar totalmente a lógica do partido escolhido.

Entre o momento de planejamento da cidade e o do *Campus* houve significativa mudança, por parte de Lucio Costa, na estratégia de implantação da universidade. No Relatório do Plano Piloto, Costa idealiza a “Cidade Universitária” como contígua aos equipamentos culturais da Esplanada dos Ministérios (COSTA, 1957, p. 24). Infere-se que os edifícios mais emblemáticos da universidade – Reitoria, Biblioteca, Museu – ficariam nas proximidades desse parque. Porém no “Plano Piloto” proposto para a UnB – já em gleba levemente afastada da inicialmente proposta – esses equipamentos foram localizados na borda leste do *Campus*, afastados tanto da urbanidade da Esplanada dos Ministérios quanto da do bairro residencial “Asa Norte”. A locação desse “núcleo administrativo e simbólico” instituiu junto aos futuros planejadores um contínuo debate a respeito do zoneamento do *Campus*.

Os “Planos para o *Campus*” elaborados por Niemeyer apresentam uma resposta arquitetônica ao planejamento realizado por Lucio Costa. Niemeyer afastou levemente da borda leste do *Campus* os prédios que comporiam a chamada Praça Maior. A proposta arquitetônica do monumental Instituto Central de Ciências cria uma espécie de barreira entre os prédios dos Serviços Gerais, à oeste, e os que comporiam a Praça Maior – Reitoria, Biblioteca, Aula Magna e Museu. Esse conjunto de Niemeyer, que por sua expressão arquitetônica tinha a intenção de atender não somente à universidade, mas a toda a cidade, não chegou a ser construído. A Reitoria e a Biblioteca levam a assinatura de outros arquitetos e a Aula Magna e o Museu até o momento não se materializaram. O conceito de uma Praça Maior, compostas por edificações emblemáticas para a universidade perdura nos estudos e propostas do *Campus* e a sua não realização é frequentemente destacada nos relatos históricos. O local, porém, abriga um parque com paisagismo já consolidado, criado no início da década de 1970 (SOARES e MEDEIROS). As propostas de Lucio Costa, de 1960, e as de Niemeyer, criadas entre 1962 e 1964, estão inseridas no contexto inicial – desenvolvimentista e utópico – da construção de Brasília.

Na década de 1970 a Universidade de Brasília já contava com uma base urbanística e um patrimônio arquitetônico que permitia a análise das opções adotadas até então. O documento “Planejamento Físico do *Campus*”, de 1972, foi pioneiro em registrar pontos que seriam característicos da UnB. Primeiro, a opção indesejável por desenvolver uma arquitetura desconectada dos demais prédios e do urbanismo do *Campus* e da cidade. Segundo, o debate sobre qual seria o acesso principal da UnB. A via L4 Norte, a leste, como proposto por Lucio Costa, ou a borda oeste do *Campus*, mais próxima das superquadras da Asa Norte. No “Plano de Desenvolvimento Físico do *Campus*”, de 1975, é idealizada a consolidação do *Campus* para até o fim daquela década e defendida a criação de uma área central, via instalação do Restaurante Universitário (RU) e do Centro de Vivência, fora do âmbito da Praça Maior/via L4 Norte. A locação do RU em uma área afastada da Praça Maior é justificada, por alguns pesquisadores, pelo fato da administração da universidade decidir “evitar o movimento de estudantes perto do prédio da Reitoria” (SCHLEE *et al*, 2014, 86) na época da Ditadura Militar. Entretanto, em meados da década de 1970, a idealização de um *Campus* com as edificações principais afastadas da urbanidade da Asa Norte já gerava questionamentos. Outra decisão de locação de edifícios que alterou a diretriz de “frente e fundos” do *Campus* foi a implantação da Faculdade de Tecnologia junto à via L3 Norte e, por meio do “Programa e Necessidades Ambientais”, de 1978, a locação das áreas de apoio junto à via L4 Norte.

Documentos sobre planejamento só voltarão a surgir cerca de uma década depois, no final dos anos 1980. Pode-se dividi-los em dois grupos: os que tratam do Parque Tecnológico da UnB, assunto que exigiu série de estudos, e os demais documentos, relacionados com outros aspectos do planejamento e que na maior parte contribuíram para a elaboração do “Plano Diretor Físico do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro”, finalizado em 1998.

A respeito do Parque Tecnológico, o registro sobre a implantação no *Campus* de órgãos externos à UnB, com o intuito de aproximar a universidade da sociedade e de gerar recursos, foi tema de Circular encaminhada pelo Reitor ao Conselho de Administração (CAD) em 1987. Denominada “Política de Ocupação do *Campus*” o documento pretendia mobilizar o Conselho a fim de atender as demandas de organismos nacionais e internacionais. O uso rentável do solo também é citado no documento “Ideia de Desenvolvimento Físico Espacial do *Campus*”, de 1988, e recebeu estudo específico no “Planejamento da Extremidade Sul do *Campus*”, também de 1988. Nele é apresentada a configuração urbana e demais características de uso e ocupação do solo por atividades externas à UnB, porém vinculadas às áreas de ensino, pesquisa, ciência e cultura. A proposta também procurava diluir a barreira entre o *Campus* e o restante da cidade. No “Relatório de Apresentação do Parque Tecnológico”, de 1993, o tema é retomado indicando que deveria ser adotada uma arquitetura com conceitos bioclimáticos e que o empreendimento deveria ser marcado por uma grande praça composta por Centro Cultural, Centro de Atividades e Centro Empresarial. Por fim, em 2007, é realizado o documento “Estudos para o Parque Científico e Tecnológico” onde mais uma vez são apresentadas premissas de uso e ocupação do espaço e, também, citados exemplos de parques em outras instituições de ensino. Apesar da presença no *Campus* de algumas instituições com o esse perfil de parceria entre a UnB e terceiros, o Parque enquanto proposta urbanística ainda não se materializou.

Retornando a análise dos documentos elaborados a partir do final da década de 1980, “Ideia de Desenvolvimento Físico Espacial do *Campus*”, de 1988, faz um detalhado diagnóstico urbanístico do *Campus*, e cita problemas estruturais, já registradas no “Planejamento Físico do *Campus*”, de 1972. São eles: a falta de integração entre os prédios e a indefinição entre um vetor norteador do desenvolvimento – a “Rua do RU”, o Instituto Central de Ciências (ICC), ou ainda o conjunto que formaria a Praça Maior. Na sequência foi produzido o documento “Planejamento Físico do *Campus*”, de 1989, sem um maior aprofundamento no conteúdo, mas que suscitou, após trâmite na Administração Superior da Universidade, a criação da Comissão Permanente de Espaço Físico. A atribuição principal da Comissão viria a ser a elaboração de um plano de espaço físico para a Universidade de Brasília.

Paralelamente às atividades da Comissão foi desenvolvido o “Plano de Circulação do *Campus*”, de 1992, cujas observações sobre a inconveniência de muitas vias com mão dupla, falta de caminhos adequados para pedestres e ciclistas, e problemas na geometria das vias continuam pertinentes nessa segunda década dos anos 2000. A respeito da ocupação da Gleba B, foi elaborada em 1995 a proposta de “Diretrizes da Estação Experimental de Educação Ambiental” indicava que excetuando as atividades já consolidadas no local, a área fosse exclusivamente destinada à educação ambiental, ensino e pesquisa. O acesso seria restrito. Tal orientação não foi incorporada ao “Plano Diretor Físico”, de 1998.

O “Plano Diretor” foi precedido pelo “Plano de Trabalho do Plano Diretor Físico do *Campus*”, de 1996, que definiu que os aspectos abordados seriam os relativos aos edifícios, infraestrutura, paisagem e sistema viário. O “Plano de Trabalho” destaca, mais uma vez, a insistência no uso de tipologias de edifícios fechados em si e, também, a necessidade de criação de normas sobre o uso e a preservação do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico. No mesmo ano foi elaborado o “Relatório Parcial do Plano Diretor de Ampliação da Capacidade Física do *Campus*”, centrado em melhorar a disponibilidade de espaço físico por meio de ajustes na locação de disciplinas, considerando dias da semana e horários, além do reordenamento de prédios existentes e construção de novos.

O “Plano Diretor Físico do *Campus*” foi finalizado em 1998. Fruto das atividades desenvolvidas pela Comissão Permanente de Espaço Físico, extinta em 1997, é até o momento o mais extenso e detalhado documento sobre o planejamento físico do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro. Apresenta propostas e reflexões realizadas desde a implantação do *Campus*; aborda a necessidade de racionalização no uso dos espaços por meio de ações administrativas; padroniza a apresentação dos projetos de arquitetura e urbanismo; e traça diretrizes em relação ao uso e ocupação dos espaços físicos, incluindo o projeto das futuras vias, eixos de desenvolvimento, índices e parâmetros urbanísticos. O Plano não faz menção específica ao Parque Tecnológico, empreendimento que ainda geraria um estudo no ano de 2007, conforme já relatado. A “Resolução do Conselho Diretor n. 004/2000” validou institucionalmente – em um texto enxuto – algumas diretrizes propostas pelo “Plano Diretor Físico” de 1998.

No ano de 2008 o “Estudo do Plano de Circulação para o *Campus*” revisita questões já abordadas com mais profundidade no “Plano de Circulação do *Campus*”, de 1992, registrando a recorrência nos problemas estruturais da mobilidade urbana no *Campus* e a dificuldade em saná-los.

O estudo “*Campus* Darcy Ribeiro: Elementos do Projeto Urbano”, de 2010, pretendia lançar diretrizes para uma detalhada atualização do Plano Diretor lançado em 1998, mas um novo documento relativo ao planejamento do uso e ocupação do *Campus* só seria instituído em 2016. A Resolução do Conselho Diretor n. 007/2016 rege o zoneamento e os parâmetros utilizados, até o momento, pela Universidade de Brasília no *Campus* Universitário.

A Resoluções do Conselho Diretor n. 004/2000 e n. 007/2016 podem ser destacadas do conjunto de documentos por constituírem propostas técnicas endossadas pelo Conselho Diretor, órgão máximo de deliberação em questões relativas a administração dos bens patrimoniais da Fundação Universidade de Brasília (FUB). Porém essa formalização se restringe ao âmbito da própria universidade.

A política de desenvolvimento urbano do Distrito Federal, sob responsabilidade do Governo do Distrito Federal (GDF), define que o *Campus* Universitário integra Área de Gestão Autônoma. Nessa segunda década dos anos 2000, em decorrência dos estudos relacionados a implantação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), foi demandada pelo GDF a apresentação de um plano de uso e ocupação do *Campus* em consonância com o formato utilizado no restante da cidade. A apresentação, avaliação e validação junto ao GDF desse plano criará, pela primeira vez, uma documentação referente ao uso e ocupação do *Campus* com *status* de lei.

5. Conclusão



A produção da Universidade de Brasília sobre o planejamento físico do *Campus* Universitário está dispersa em diferentes unidades da instituição e a sua guarda e divulgação nem sempre foi realizada com o devido zelo. Talvez, em novas pesquisas, outros documentos sejam localizados e incluídos nessa cronologia de planos e propostas, ampliando a historiografia sobre o tema.

Conhecer os documentos relacionados ao planejamento físico produzidos no âmbito da UnB é imprescindível para entender o presente e pensar o seu futuro. Dos vinte documentos apresentados, alguns, como o Plano Diretor de 1998, são frequentemente citados em artigos, dissertações e teses, e também utilizados, pela equipe técnica da universidade, nas atualizações do planejamento físico do *Campus*. Outros documentos não eram facilmente acessíveis aos pesquisadores. Após essa pesquisa o conjunto desses vinte documentos passou a ser disponibilizado pelo Centro de Planejamento Oscar Niemeyer.

A avaliação, atualização e registro dos critérios de uso e ocupação dos *Campi* é um processo contínuo nas universidades. Resgatar e divulgar a documentação que contém essas ações amplia a historiografia sobre o tema e dá visibilidade ao processo de planejamento. Consequentemente, subsidia o entendimento da lógica de construção do patrimônio.

6. Referências

ALBERTO, Klaus Chaves. **Formalizando o ensino superior na década de 1960: a cidade universitária da UnB e seu projeto urbanístico**. Tese (Doutorado Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ALMEIDA, Jaime Gonçalves de. **Campus do milagre**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano), Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 1983.

_____. **Território das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras (IFES): uma reflexão sobre o planejamento de campus e suas práticas na década de 70 e atual**. Paranoá, UnB, v. 1, pp. 10-30, 2015.

BRASIL. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília e dá outras providências. Lei n. 3.998, 15 de dezembro de 1961.

CAVALCANTE, Neusa. **CEPLAN: 50 anos em 5 tempos**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

COSTA, Lucio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília. 1957**. In: Governo do Distrito Federal. Relatório do Plano Piloto de Brasília. Brasília: GDF, p. 18-34, 1991.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, Cria a Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá. Decreto-lei n. 12.055, 14 de dezembro de 1989.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências. Portaria, n. 166, 11 de maio de 2016.

MAHLER, Christine Ramos. **Territórios universitários: tempos, espaços, formas**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, **Anuário Estatístico da UnB 2017 – Período 2012 a 2016**, Brasília, 2017, v2.

_____, **Campus Darcy Ribeiro: Elementos do Projeto Urbano**. Brasília, 2010.

_____, **Diretrizes da Estação Experimental de Educação Ambiental**, Brasília, 1995.

_____, **Estudos do Plano de Circulação para o Campus**, Brasília, 2008.



- _____, **Estudos para o Parque Científico e Tecnológico**, Brasília, 2007.
- _____, **Ideia de Desenvolvimento Físico Espacial do Campus**, Brasília, 1988a.
- _____, Institui a Setorização e as Diretrizes de Uso do Solo do Território do **Campus Universitário Darcy Ribeiro** e dá outras providências. Resolução do Conselho Diretor da FUB n. 004/2000, 21 de julho de 2000.
- _____, Institui a Setorização e as Diretrizes de Uso do Solo do Território do **Campus Universitário Darcy Ribeiro** e dá outras providências. Resolução do Conselho Diretor da FUB n. 007/2016, 6 de abril de 2016.
- _____, **Planejamento da Extremidade Sul do Campus**, Brasília, 1988b.
- _____, **Planejamento Físico do Campus**, Brasília, 1972.
- _____, **Planejamento Físico do Campus**, Brasília, 1989.
- _____, **Plano de Circulação do Campus**, Brasília, 1992.
- _____, **Plano de Desenvolvimento Físico**, Brasília, 1975.
- _____, **Plano de Trabalho do Plano Diretor Físico do Campus**, Brasília, 1996a.
- _____, **Plano Diretor Físico do Campus**, 1998.
- _____, **Plano Orientador da Universidade de Brasília**. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1962.
- _____, **Política de Ocupação do Campus**, Brasília, 1987.
- _____, **Programa de Necessidades Ambientais**, Brasília, 1978.
- _____, **Relatório de Apresentação do Parque Tecnológico**, Brasília, 1993.
- _____, **Relatório Parcial do Plano Diretor de Ampliação da Capacidade Física do Campus**, 1996b.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, **Plano Diretor UFRJ 2020**. Rio de Janeiro, 2010.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal; GARCIA, Cláudia da Conceição; SOARES, Eduardo Oliveira; TENORIO, Gabriela de Souza Tenório; NASCIMENTO, Márcio Luiz Couto do; VULCÃO, Maria Goretti Vieira; CHOAS, Mona Lisa Lobo de Souza. **Registro Arquitetônico da Universidade de Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.
- SOARES Eduardo Oliveira; MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. **O Teatro de Arena da Universidade de Brasília capturado na paisagem**. XIV Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, ENEPEA, Santa Maria, 2018.
- ROMERO, Marta Adriana Bustos; SILVA, Caio Frederico; PAZOS, Walmor Cerqueira. **Universidade nos quatro cantos. Planos Diretores Urbanísticos dos campi da Universidade de Brasília**. Brasília: FAU, 2012.